

LEI Nº. 346/2014

Riacho da Cruz / RN, 15 de Dezembro de 2014.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ faz saber que a Câmara Municipal de RIACHO DA CRUZ aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

**Art. 1º** - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de RIACHO DA CRUZ para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos poderes do Município, Órgãos, Fundos e Entidades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os Órgãos a ele vinculados, Fundos e Entidades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

§ 1º - O Orçamento do Município de Riacho da Cruz constitui-se em uma peça orçamentária única, abrangendo todas as receitas e despesas para o exercício de 2015, sendo as receitas e despesas dos órgãos da administração indireta apresentadas de forma individualizada.

**CAPÍTULO II  
DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

**Art. 2º** - O orçamento fiscal e da seguridade social do Município de Riacho da Cruz, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, de 4 de maio de 2000, art. 1º, § 1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma das despesas autorizadas acrescida da reserva de contingência.

**Art. 3º** - A Receita Orçamentária, que decorrerá da arrecadação de tributos próprios ou transferidos e demais receitas correntes e de capital conforme a legislação tributária vigente é estimada em **R\$ 19.919.659,00 (Dezenove milhões, novecentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais)** discriminadas por categoria econômica conforme desdobramento constante do **anexo I**, parte integrante desta lei.

### CAPÍTULO III DA FIXAÇÃO DA DESPESA

**Art. 4º** - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita total, fixada em **R\$ 19.919.659,00 (Dezenove milhões, novecentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais)**, é desdobrada nos seguintes conjuntos:

- I. Orçamento fiscal; e
- II. Orçamento da Seguridade Social.

### CAPÍTULO IV DO DESDOBRAMENTO DA NATUREZA DA DESPESA E DISTRIBUIÇÃO POR ÓRGÃOS

**Art. 5º** - A discriminação da despesa constante dos anexos desta lei, quanto à sua natureza, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, de acordo com o art. 6º, da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

**Art. 6º.** A despesa total, fixada à conta dos recursos previstos, segundo a discriminação dos quadros programa de trabalho e natureza da despesa, apresenta por órgãos, o desdobramento constante do **Anexo II** que é parte integrante desta lei.

### CAPÍTULO V DA ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO

**Art. 7º** - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a abrir créditos adicionais suplementares, mediante transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, com a finalidade de atender insuficiência nas dotações orçamentárias:

**I** - de modo a atualizar os valores orçados nesta Lei, até o total apurado do excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, conforme inciso II, § 1º, do Art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

**II** - até o limite de trinta por cento do total da Despesa Autorizada nesta Lei, com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos compensatórios as disponibilidades referidas nos incisos I e III, do § 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

**III** - Do total do excesso de arrecadação das Fontes de Recursos não previstas no Orçamento da Receita ou previstas a menor.

**IV** - para dotações financiadas à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito Internas e Externas, em conformidade com o previsto no inciso IV, do § 1º, art. 43, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite dos respectivos contratos;

**V** – anulando da Reserva de Contingência, a qual será utilizada como recurso para abertura de créditos adicionais e para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposições contidas na letra “b” do inciso III do art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo Único** - O limite para suplementação de dotações orçamentárias definido no inciso II deste artigo refere-se apenas aos recursos constantes dos incisos I e III, do art. 43, da Lei nº 4.320/64, não fazendo parte desta restrição os recursos provenientes de excesso de arrecadação (incisos I e III), operações de créditos (inciso IV) e anulação da reserva de contingência (inciso V), todos deste artigo.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 8º** - O chefe do Poder Executivo fixará, através de Decreto, o Quadro de Detalhamento da Despesa, por elemento de despesa das atividades, projetos e operações especiais, com a finalidade de identificar os objetos de gastos.

**Art. 9º** - Durante a execução orçamentária, o Chefe do Poder Executivo Municipal poderá promover alteração no Quadro de Detalhamento da Despesa de que trata o artigo anterior observado a programação de despesa fixada na Lei Orçamentária Anual ou através de créditos adicionais.

**Art. 10** - Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o chefe do Executivo Municipal estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso das diversas unidades orçamentárias, conforme art. 8º da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 11** – O poder Executivo é obrigado a repassar mensalmente para Câmara Municipal 7% (sete por cento) de suas receitas correntes líquidas efetivamente arrecadadas no ano imediatamente anterior ao do repasse.

**Art. 12** - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, em 15 de Dezembro de 2014.**

**Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes**  
**Prefeita Municipal**

ANEXO I

DESDOBRAMENTO DA RECEITA POR FONTES

FONTES	VALOR (R\$)
<b>1. RECEITAS DO TESOURO MUNICIPAL</b>	
<b>1.1. RECEITAS CORRENTES</b>	
Receita Tributária	1.676.902,25
Receita de Contribuições	70.500,00
Receita Patrimonial	183.000,00
Transferências Correntes	18.718.309,00
Outras Receitas Correntes	76.000,00
<b>1.2. RECEITAS RETIFICADORAS – FUNDEB</b> (Portaria STN Nº 328, de 27/08/2001)	<b>-3.164.502,25</b>
<b>1.3. RECEITAS DE CAPITAL</b>	
Operações de Crédito	80.000,00
Alienação de Bens	120.000,00
Transferências de Capital	2.131.950,00
Outras receitas de Capital	27.500,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>19.919.659,00</b>

## ANEXO II

### DESDOBRAMENTO DA DESPESA POR ÓRGÃO

ÓRGÃOS	VALOR (R\$)
1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01 – CÂMARA MUNICIPAL	600.000,00
02 – GABINETE DO PREFEITO	803.700,00
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.624.400,00
04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	830.800,00
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.075.400,00
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	5.050.900,00
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	2.521.000,00
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO	4.806.500,00
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.046.500,00
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	243.500,00
11 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	50.000,00
12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	67.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	199.959,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>19.919.659,00</b>